

Audição Regimental

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

22 de junho de 2016

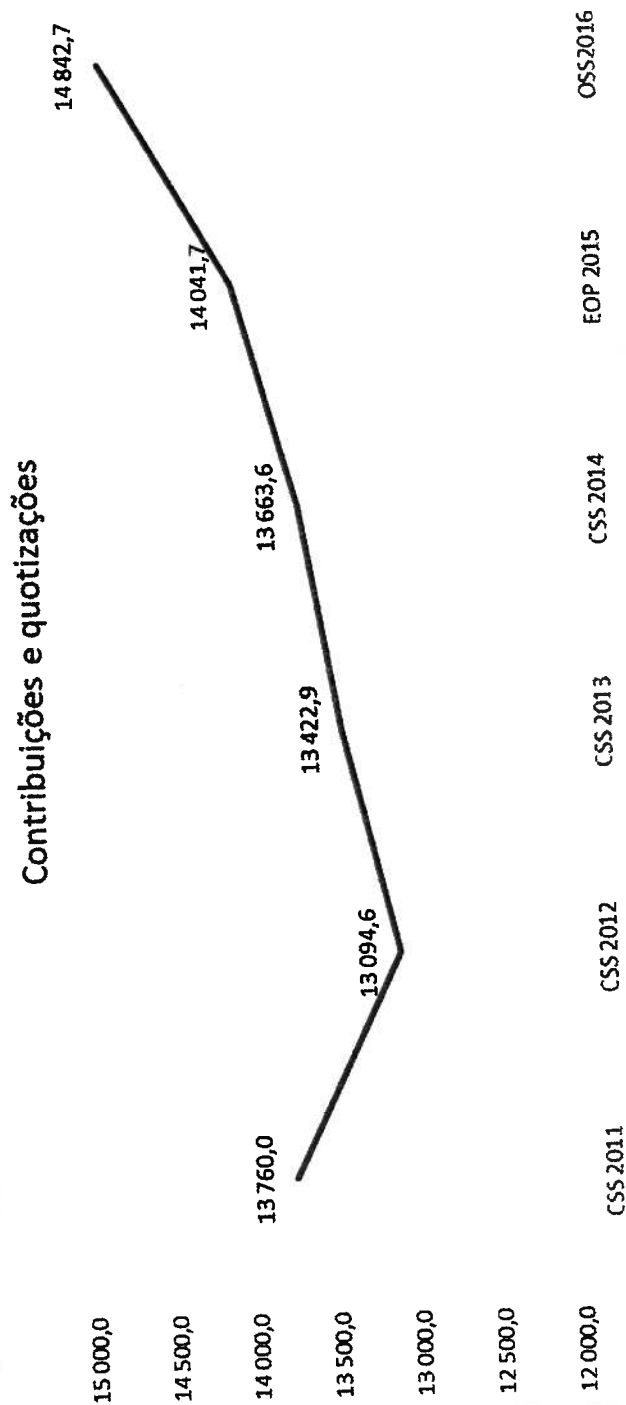
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL ORÇAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL

Principais Rubricas

Descrição	OSS2016	2016 / 2015	Exec. Acum. maio 2016	Grau de execução	Variação homologa acumulada	Variação homologa mensal
Contribuições e quotizações Cont. e quotizações Cont. Extraord. Solidarietà	14 842,7 14 836,2 6,5	5,7% 5,8% -55,5%	5 851,9 5 849,3 2,7	39,4% 39,4% 40,7%	273,7 277,9 -4,2	58,8 59,2 -0,4 5,4% 5,4% -45,5%
Pensões e complementos (inclui unificada) Sobrevivência Invalidez Velhice Benef. Antigos combatentes Unificadas - CGA	16 266,8 2 208,6 1 298,8 12 204,3 37,9 517,2	3,1% 1,8% -0,2% 3,8% 1,8% 0,4%	6 214,1 855,6 502,1 4 651,4 0,2 204,9	38,2% 38,7% 38,7% 38,1% 0,4% 39,6%	174,3 18,9 -0,9 153,9 -0,1 2,5	34,1 3,6 -0,7 31,0 0,0 0,2 2,8% 2,2% -0,7% 3,4% -10,6% 0,6%
Complemento Solidário para Idosos	210,2	10,3%	83,6	39,8%	3,6	0,6 3,9%
Rendimento Social de Inserção	355,0	23,6%	134,8	38,0%	14,6	4,9 20,3%
Abono de Família	683,6	8,7%	262,4	38,4%	4,6	1,3 2,5%
Prestações de parentalidade	469,1	8,5%	187,0	39,9%	15,9	3,4 10,0%
SD, SSD e medidas apoio emprego	1 637,6	-7,0%	673,5	41,1%	-121,8	-21,2 -14,6%
Subsídio e complemento doença	397,6	-12,1%	189,7	47,7%	2,9	2,5 7,3%

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL ORÇAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL

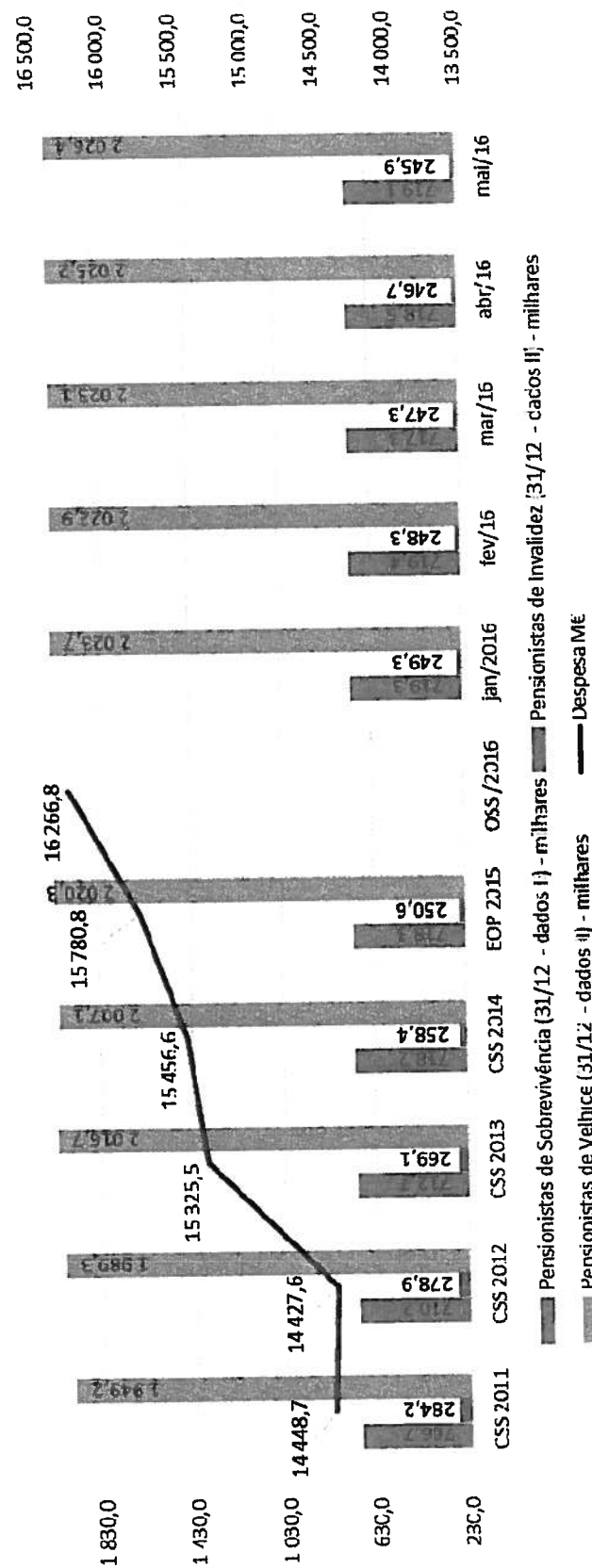
Principais Rubricas



EXECUÇÃO ORÇAMENTAL ORÇAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL

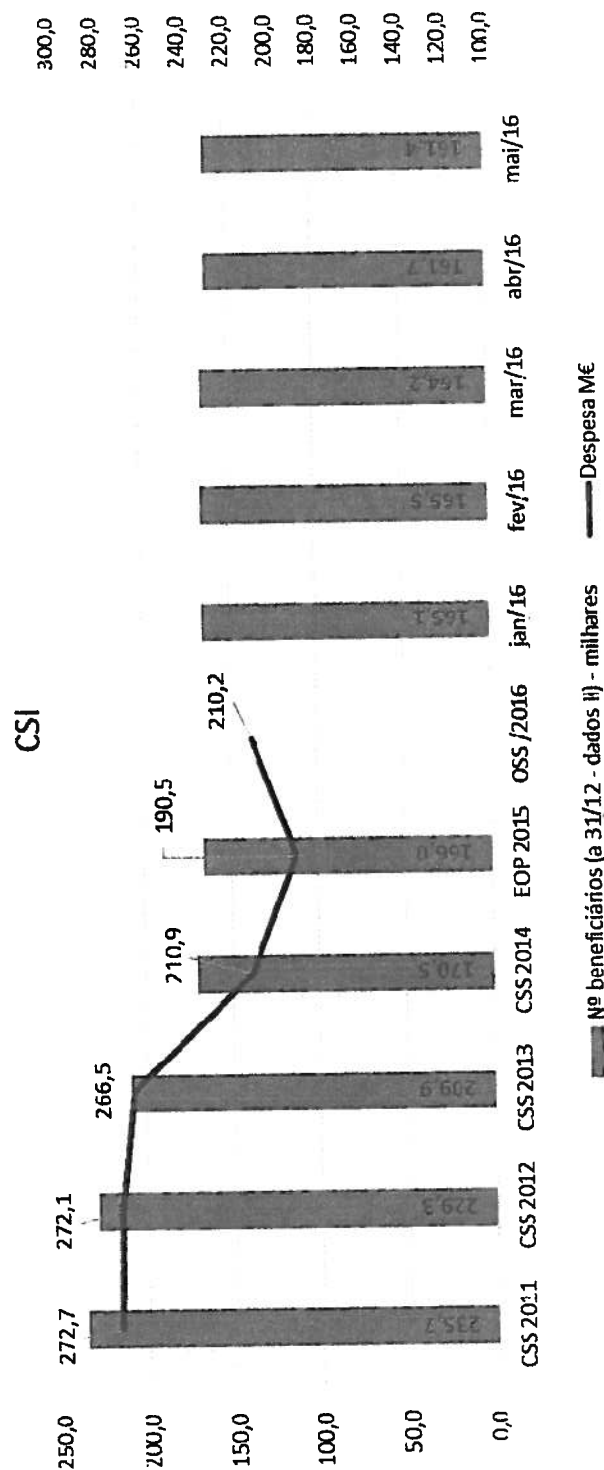
Principais Rubricas

Pensões



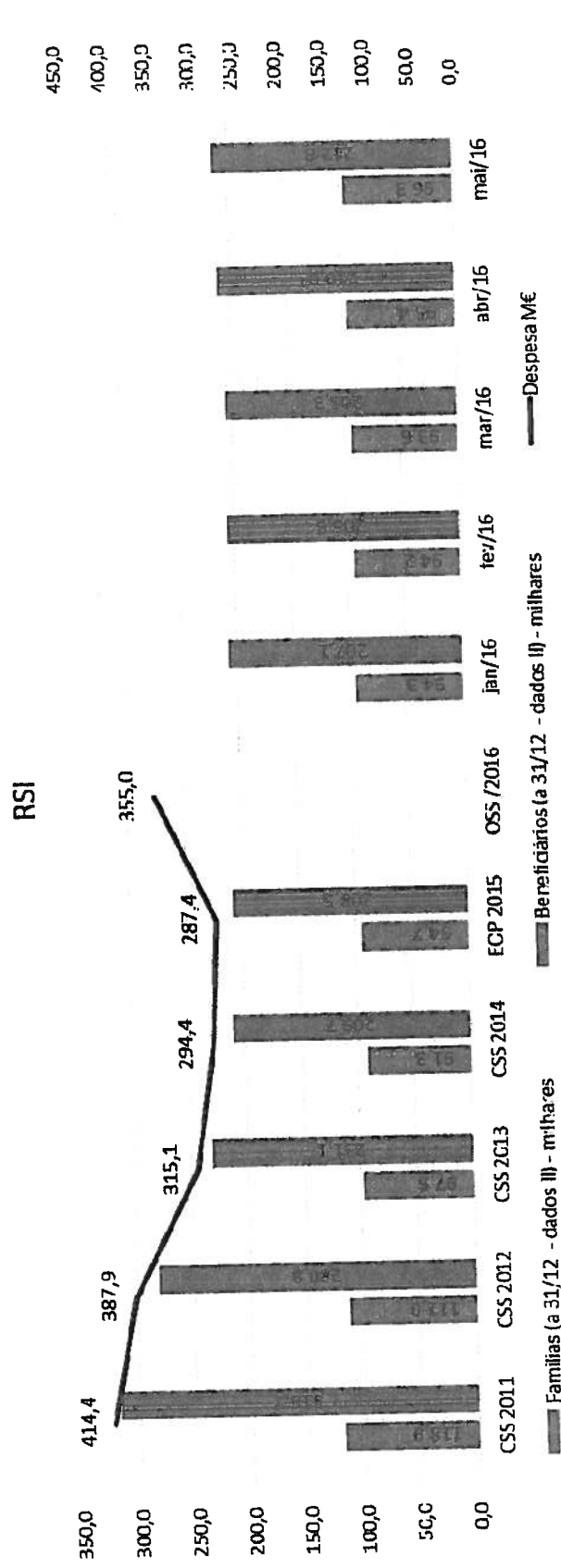
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL ORÇAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL

Principais Rubricas



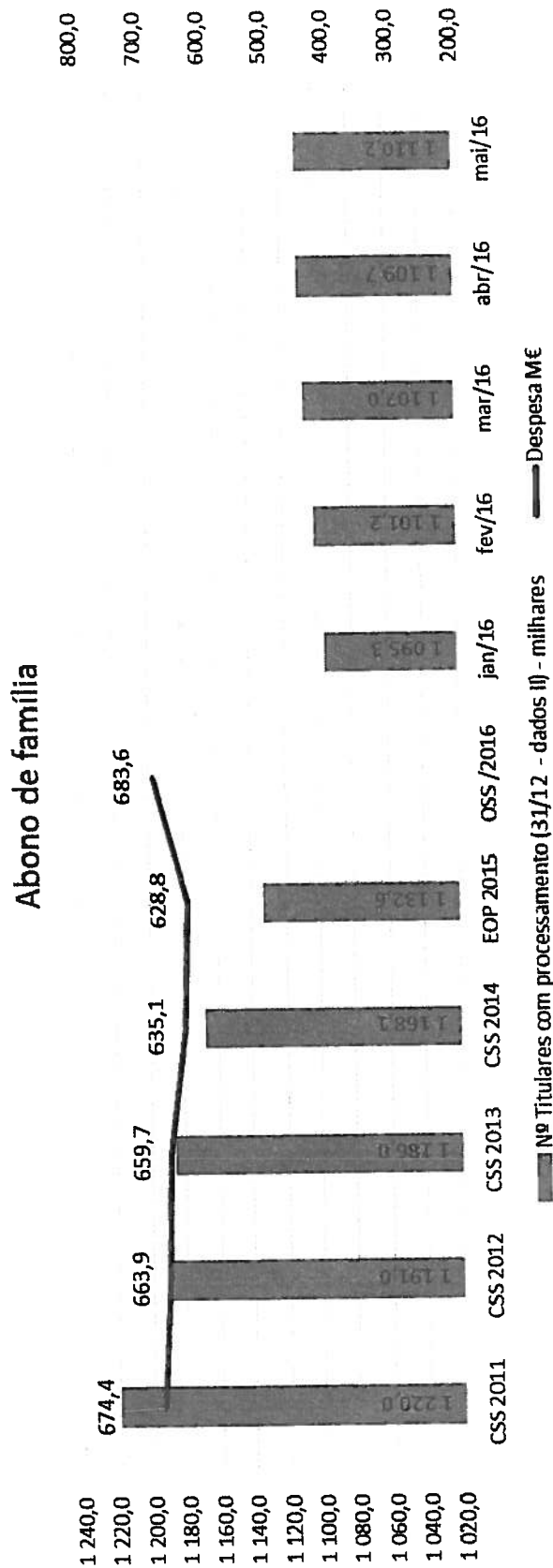
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL ORÇAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL

Principais Rubricas



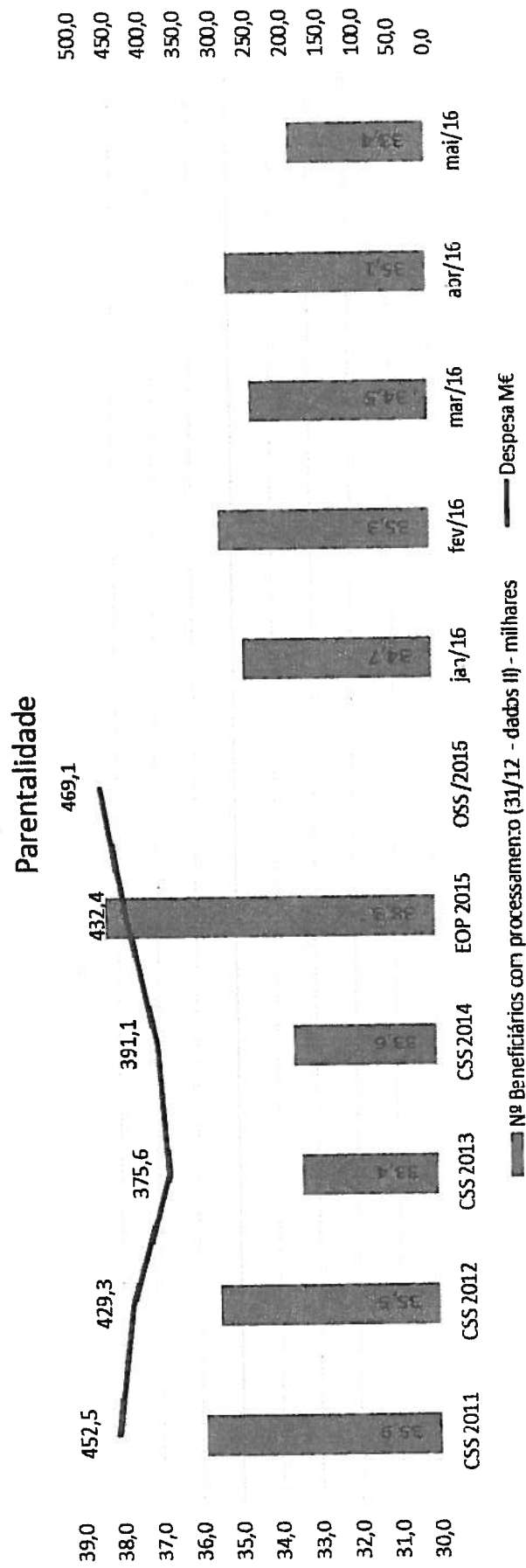
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL ORÇAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL

Principais Rubricas



EXECUÇÃO ORÇAMENTAL ORÇAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL

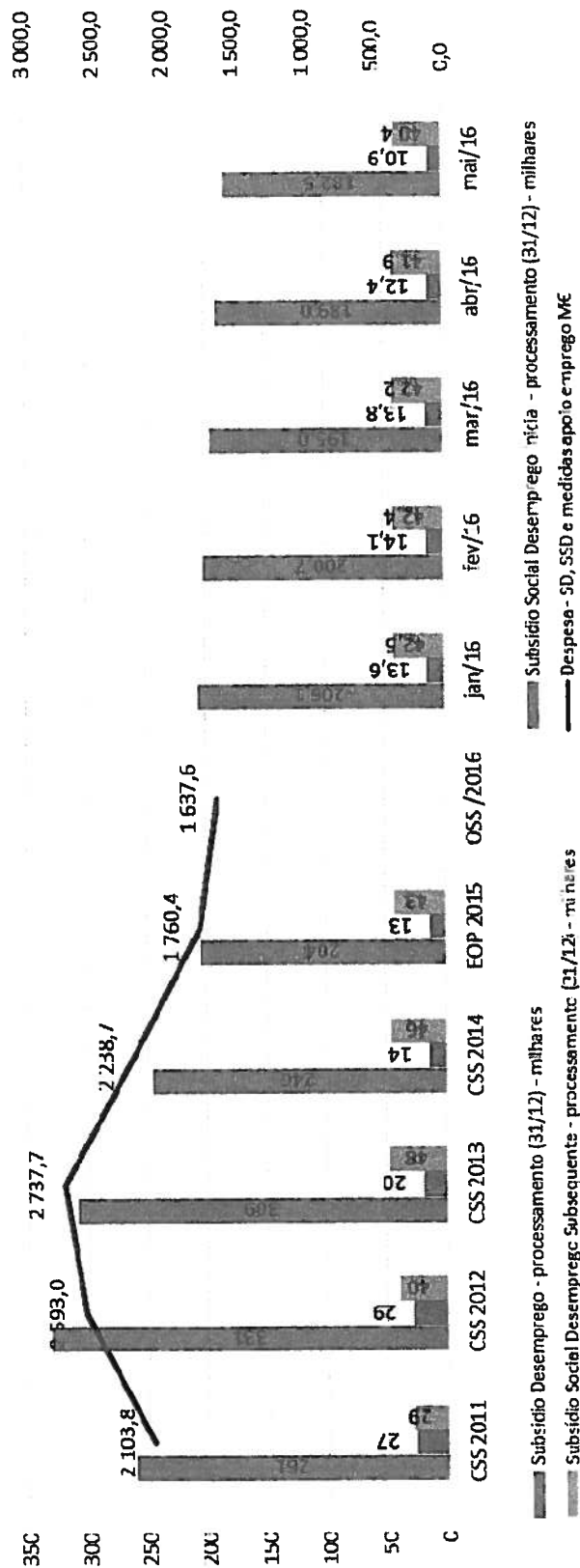
Principais Rubricas



EXECUÇÃO ORÇAMENTAL ORÇAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL

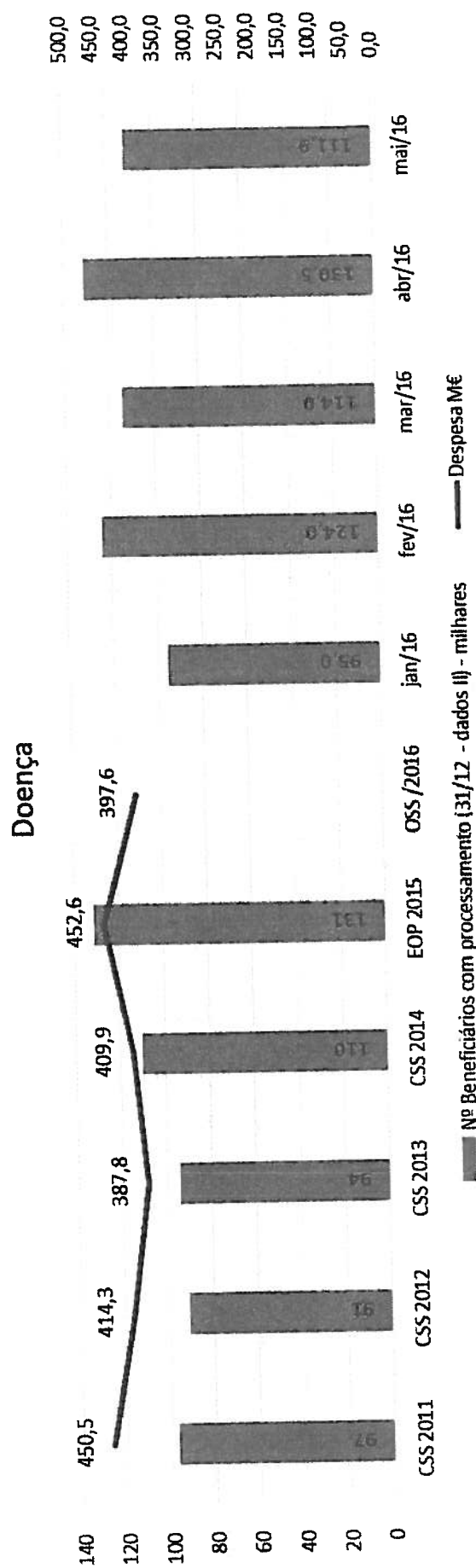
Principais Rubricas

Prestações de desemprego e medidas de apoio ao emprego



EXECUÇÃO ORÇAMENTAL ORÇAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL

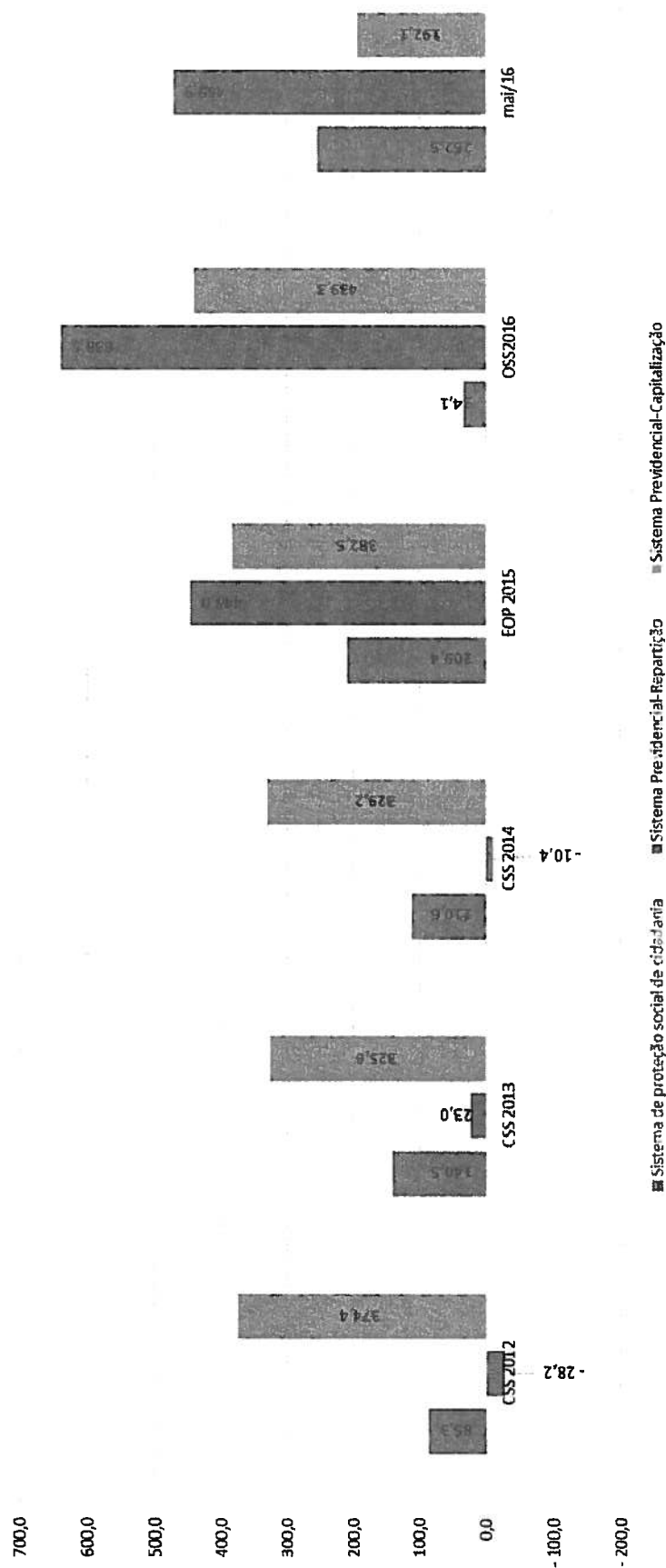
Principais Rubricas



EXECUÇÃO ORÇAMENTAL ORÇAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL

Saldo em Contabilidade Pública

Saldo na ótica da contabilidade pública



Acordos de Cooperação**Orçamento programa**

Prioridades	Orçamento atribuído
1. Equipamentos financiados pelo POPH (não só novos, mas também outros em que haja poucos lugares contratualizados e a capacidade ainda permita aumentar)	15 M€ acresce 1,5 M€ em OP PARES
2. Equipamentos financiados através de outros programas de investimento com financiamento público (PIDDAC, QCA III, PRODER, PO Regionais, Autarquias ...);	
3. Respostas com baixa participação familiar (Lares de Infância e Juventude, Casas Abrigo...);	
4. Creches familiares;	
5. Respostas para a área da Deficiência (desde que não incluídas na 1.ª e na 2.ª prioridade e conforme taxa de cobertura);	
6. Respostas com acordos em que haja poucos lugares contratualizados e a capacidade ainda permita alargamento do acordo (dando prioridade, designadamente a SAD e ERPI).	

Acordos de Cooperação

Orçamento programa

❖ **Estratégia para 2017 e anos seguintes:**

Novo modelo, através de candidatura, com critérios objetivos e pré-definidos, acordados com os representantes dos parceiros sociais.

Vantagens:

Maior previsibilidade
Maior transparência

Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

MEDIDAS TOMADAS em 2016:

- Criação da Comissão de Coordenação Nacional da RNCCI (Despacho conjunto)
- Aprovação do Plano de Desenvolvimento da RNCCI 2016-2019
- Renovação de Contratos Programa que finalizaram a 31.12.2015
- Autorização de reconversão de tipologia de unidades – adequando às necessidades da procura e reequilibrando a capacidade instalada, assim como adequando a oferta à experiência da instituição e profissionais.
- Assinatura de Protocolo entre MTSS, MS e SCM Lisboa para o reforço da RNCCI na cidade de Lisboa.

OSS 2016: 40 Milhões Euros

+ 5 Milhões Euros (+14,3%)

Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

MEDIDAS EM CURSO NA RNCCI:

- A RNCCI é prioritária para o Governo após 4 anos de quase estagnação;
- Será considerada prioritário o alargamento da RNCCI, através da priorização nas **novas Unidades em 2016**, dos unidades previstas em despachos de compromissos plurianuais anteriores, mas que acabaram por não abrirem; de unidades financiadas pelo Programa Modelar, concluídas e por abrir; do alargamento da capacidade de unidades em funcionamento com vista à sustentabilidade (média de 30 lugares/unidade).
- Efetiva criação e implementação de Unidades de Dia e Promoção da Autonomia e Equipas domiciliárias.

NOVOS LUGARES:

- Para além dos lugares a criar em ambulatório e domicílio, está prevista a entrada em funcionamento de mais de **600 lugares em internamento** no ano de 2016.

Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

MEDIDAS EM CURSO NOS CCI SAÚDE MENTAL:

- Implementação das Unidades de Saúde Mental, sem concretização efetiva até final de 2015.
- Revisão da Portaria n.º 149/2011, de 8 de abril, que estabelece a coordenação nacional, regional e local das unidades e equipas prestadoras de cuidados continuados integrados de saúde mental, bem como as condições de organização e funcionamento das unidades e equipas prestadoras de CCISM para a população adulta e para a infância e adolescência.

NOVOS LUGARES NOS CCI SAÚDE MENTAL:

- Contratualização e entrada em funcionamento mais de **300 lugares** no ano de 2016.

MEDIDAS IMPLEMENTADAS

LISTA DE DEVEDORES:

Divulgação da lista de contribuintes devedores, cuja situação contributiva não se encontre regularizada, nos termos estabelecidos no artigo 214.º do Código Contributivo.

- 1.ª fase (publicada em 21 junho): disponibilização das listas de devedores associadas às pessoas singulares com dívidas superiores a 25 mil euros e às pessoas coletivas com dívidas superiores a 50 mil euros
- 2.ª fase (setembro de 2016): disponibilização das listas de devedores associadas às pessoas coletivas com dívidas entre os 10 mil e os 50 mil euros
- 3.ª fase (dezembro de 2016): disponibilização das listas de devedores associadas às singulares com dívidas compreendidas entre os 7,5 mil euros e os 25 mil euros.

PLANO DE COMBATE À FRAUDE E EVASÃO CONTRIBUTIVA E PRESTACIONAL 2016

MEDIDAS IMPLEMENTADAS

LISTA DE DEVEDORES:

Execução da 1.ª fase (publicação em 21 de junho)

- A lista de devedores final tem um total de 1.798 contribuintes:
 - 589 pessoas singulares
 - 1.209 pessoas coletivas
- Foi apurado um valor total de dívida de cerca de 203 milhões de euros

PLANO DE COMBATE À FRAUDE E EVASÃO CONTRIBUTIVA E PRESTACIONAL 2016

MEDIDAS IMPLEMENTADAS

NOVA DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES: exemplos de validações implementadas em cada fase

1.ª fase (maio):

- Trabalhador não vinculado ou vínculo com anomalias
- Declaração de diferenças de remuneração sem que exista remuneração base

2.ª fase (junho):

- Membro de Órgão Estatutário (MOE): valor de remuneração ultrapassa limite máximo
- Estabelecimento da entidade empregadora está encerrado

3.ª fase (setembro):

- Taxa contributiva declarada diferente da taxa registada no sistema de informação da segurança social

PLANO DE COMBATE À FRAUDE E EVASÃO CONTRIBUTIVA E PRESTACIONAL 2016

MEDIDAS IMPLEMENTADAS

NOVA DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES: principais resultados

1.ª fase (maio):

N.º FICHEIROS/FORMULÁRIOS					
	Entregues	Aceites	%	Rejeitadas	%
TOTAL	432 330	394 849	91,33%	15 337	3,55%
				12 579	2,91%
				9 565	2,21%

- Contribuições Declaradas: 1.118.684.907€ (Δ + 25.110.969€ face ao mês anterior)
- Vínculos com DR processadas: 3.268.375 (Δ + 38.047 vínculos face ao mês anterior)

MEDIDAS IMPLEMENTADAS

NOVA DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES: principais resultados

2.ª fase (até 20 junho):

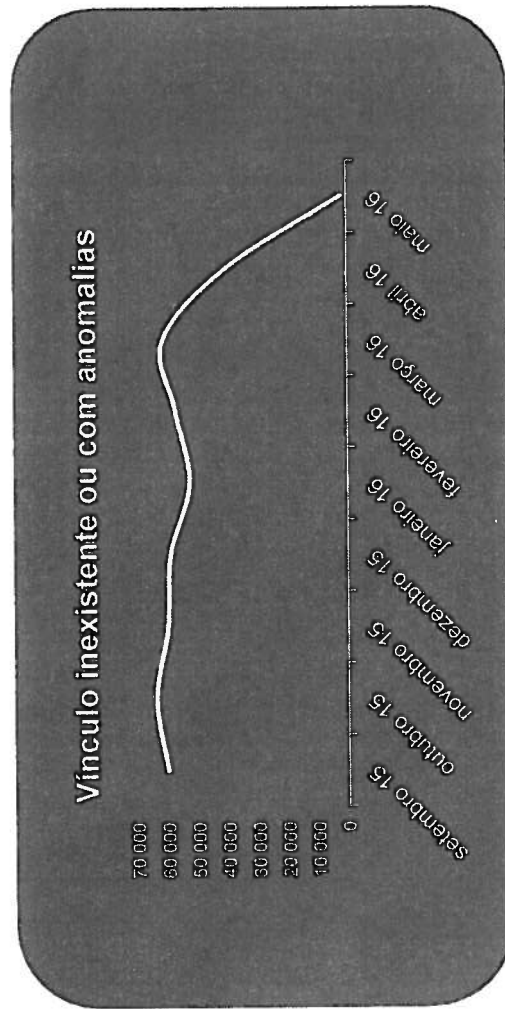
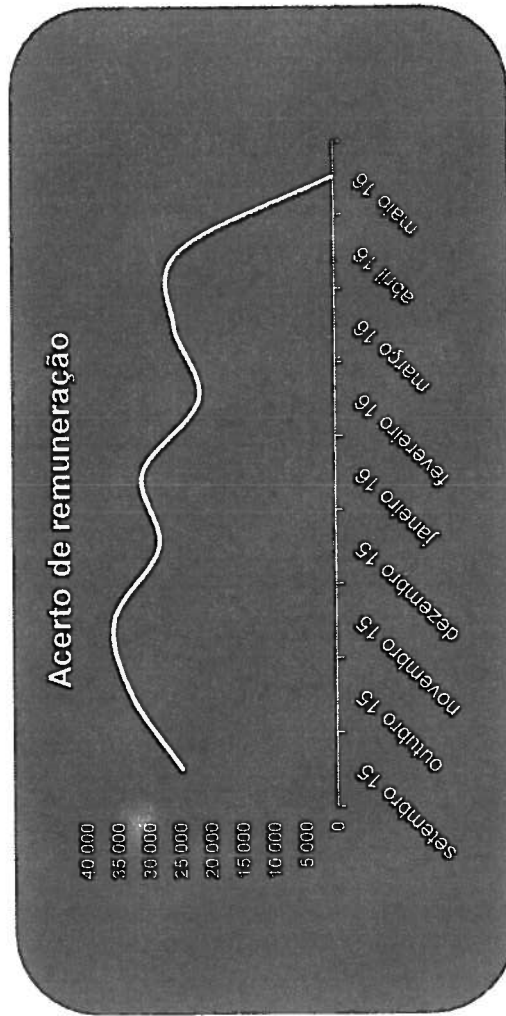
N.º FICHEIROS/FORMULÁRIOS					
	Entregues	Aceites	%	Rejeitadas	%
TOTAL	429 868	394 125	91,7%	14 528	3,4%
				Não Aceites	%
				Substituídos	%
				9 205	2,1%

- Contribuições Declaradas: 1.116.163.380€ (Δ 3.272.263€ face a igual período do mês anterior)
- Vínculos com DR processadas: 3.272.263 (Δ + 16.382 vínculos face a igual período do mês anterior)

PLANO DE COMBATE À FRAUDE E EVASÃO CONTRIBUTIVA E PRESTACIONAL 2016

MEDIDAS IMPLEMENTADAS

NOVA DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES: evolução do n.º de erros registados (1ª fase – maio 2016)



PLANO DE COMBATE À FRAUDE E EVASÃO CONTRIBUTIVA E PRESTACIONAL 2016

MEDIDAS IMPLEMENTADAS

ALTERAÇÃO LEGISLATIVA:

- Aprovação em Conselho de Ministros do diploma que flexibiliza os pagamentos em prestações de dívidas à Segurança Social
- Alterações:
 - **Decreto-Lei n.º 42/2001, de 9 de fevereiro** (cria as secções de processo executivo do sistema de solidariedade e segurança social)
 - Redução do valor mínimo de dívida para celebração de acordos com 60 ou 150 prestações:
 - até 60 prestações: se a dívida for superior a 3.060€ para pessoas coletivas (antes 5.100€) e qualquer valor para pessoas singulares;
 - de 60 a 150 prestações: nas situações em que o valor em dívida seja superior a 3.060€ (antes 51.000€) para as pessoas coletivas e 3.060€ (antes 5.100€) para as pessoas singulares

PLANO DE COMBATE À FRAUDE E EVASÃO CONTRIBUTIVA E PRESTACIONAL 2016

MEDIDAS IMPLEMENTADAS

ALTERAÇÃO LEGISLATIVA:

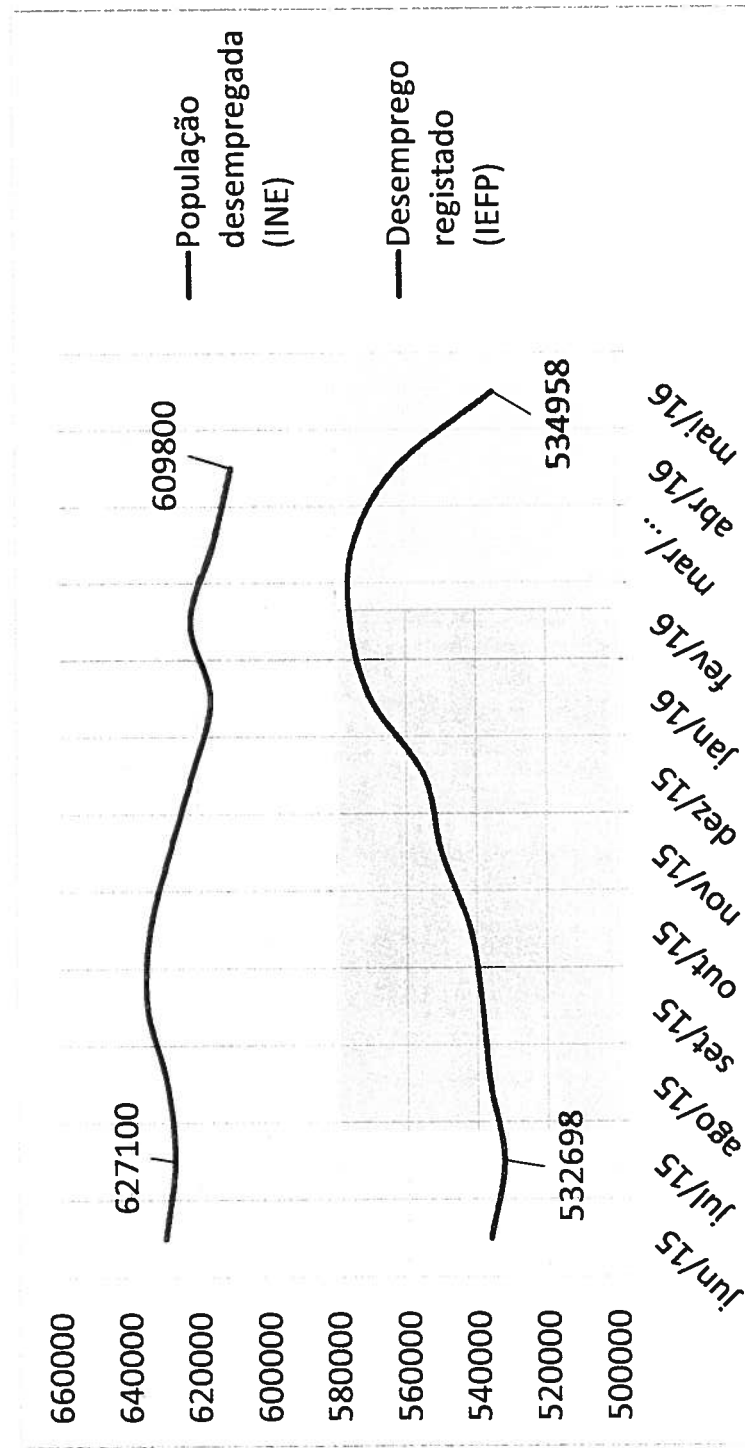
- Aprovação em Conselho de Ministros do diploma que flexibiliza os pagamentos em prestações de dívidas à Segurança Social
- Alterações:
 - **Decreto-Lei n.º 213/2012, de 25 de setembro** (define o regime de celebração de acordos de regularização voluntária de contribuições e quotizações devidas à segurança social)
 - Possibilidade de alargar o número de prestações para 12 (antes era 6), mediante a verificação de um valor mínimo de dívida (15.300 euros para as pessoas coletivas e 3.060 para as pessoas singulares);
 - Possibilidade de as entidades contratantes regularizarem as suas dívidas ao abrigo destes acordos.

Evolução

Desemprego registado: evolução mensal

← Desemprego registado começou a diminuir desde março

- Em maio, diminuição de 5% em relação ao mês anterior (e de 7,1% em relação a fevereiro – menos 41 041 pessoas)
- Desemprego registado aproxima-se do valor registado em julho do ano passado (+0,4%)
- Estimativas do INE seguem igualmente em queda: em abril, menos 5 400 pessoas desempregadas (-0,9%) do que no mês anterior; menos 12 000 do que em fevereiro (-1,9%)



Evolução

Desemprego registado: ponto situação em maio

	Maio 2016	V. Homóloga	V. Mensal
Total inscritos	534 958	-19 112 (-5%)	-27 976 (-3,4%)
Jovens (<25 anos)	63 963 (12%)	-1 131 (-2,8%)	-6 848 (-9,7%)
Longa duração (>12 meses)	258 577 (48,3%)	-20 793 (-7,4%)	-9 651 (-3,6%)

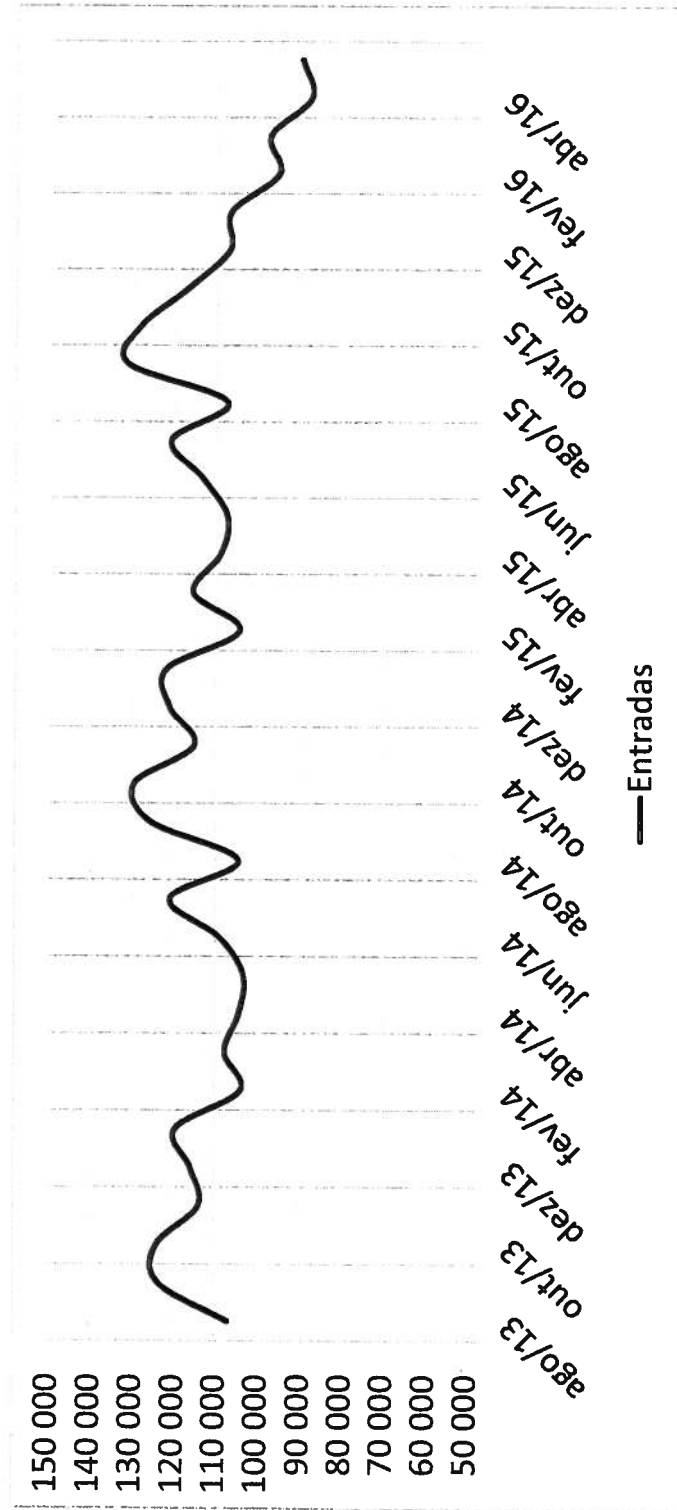
← Diminuição do desemprego jovem

- Em linha com quebra mensal da taxa de desemprego jovem registada em abril (-1,2 p.p. fixando-se em 29,9%) – maior diminuição da OCDE (apesar de ainda ser uma das mais elevadas)

← Diminuição do DLD

Evolução

Desemprego registado: entradas mensais



← Desde março: entradas mensais caíram 7,7%

- Peso dos ex-ocupados nas novas entradas: 13,5%

Evolução

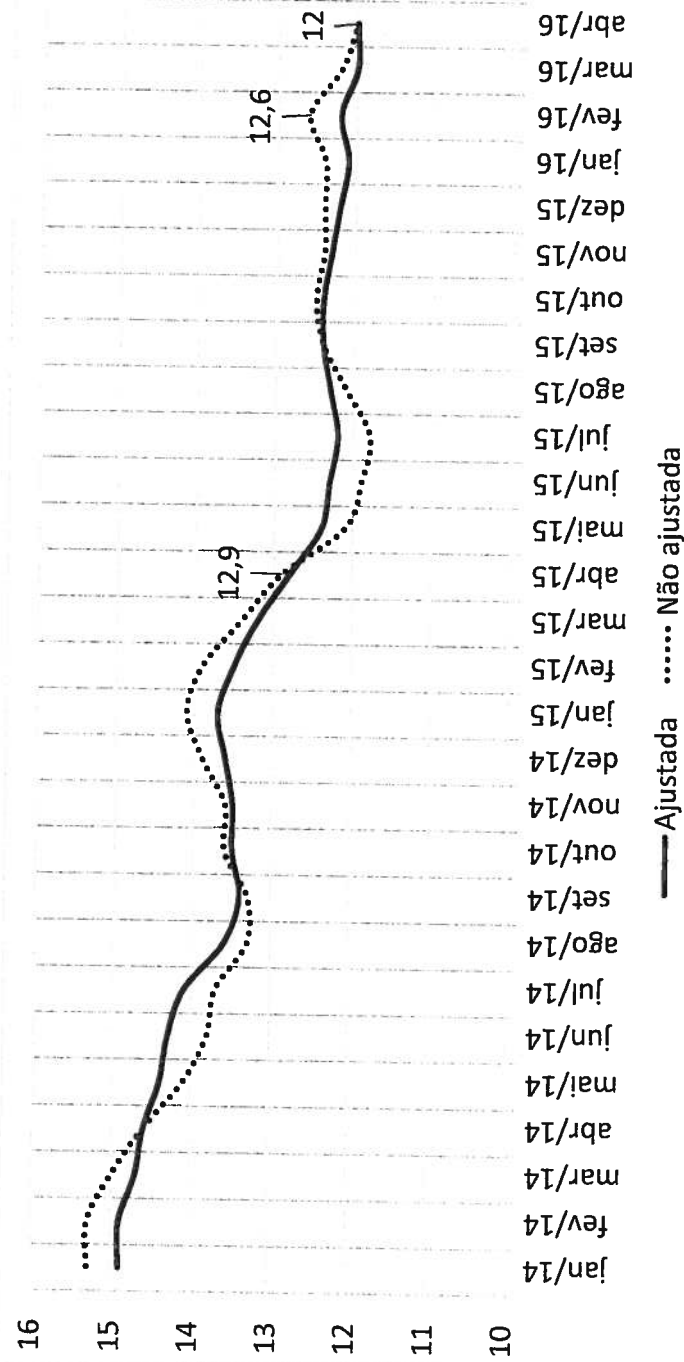
Análise trimestral de indicadores

	1T2015	2T2015	3T2015	4T2015	1T2016	Var. homóloga	Var. trimestral
N.º							
Pop. desempregada (mil.)	712,9	620,4	618,8	633,9	640,2	-10,2%	1,0%
Pop. empregada (mil.)	4477	4580	4575	4561	4513	0,8%	-1,1%
%							
Tx. desemprego (%)	13,7	11,9	11,9	12,2	12,4	-1,3	0,2
Tx. desemprego jovem (%)	34,4	29,8	30,8	32,8	31	-3,4	-1,8
Tx. desemprego de longa duração (%)	8,9	7,6	7,5	7,6	7,4	-1,5	-0,2
DLD no desemprego total (%)	64,5	64,0	63,2	62,3	59,2	-5,3	-3,0
Tx. emprego (%)	50,5	51,7	51,6	51,5	50,9	0,4	-0,6

- Emprego em queda em termos absolutos e relativos desde 3º trimestre 2015.
- Desemprego não desce desde 2º trimestre 2015. Descida homóloga, ligeiro aumento face a trimestre anterior.
- Dados positivos: Descida quer homóloga, quer consecutiva de tx. DLD e desemprego jovem.
- Confirma-se posição atual Governo: problemas do mercado de emprego não estão ainda resolvidos, em linha com uma recuperação económica ainda frágil e pouco consolidada

Evolução

Taxa de desemprego: evolução mensal



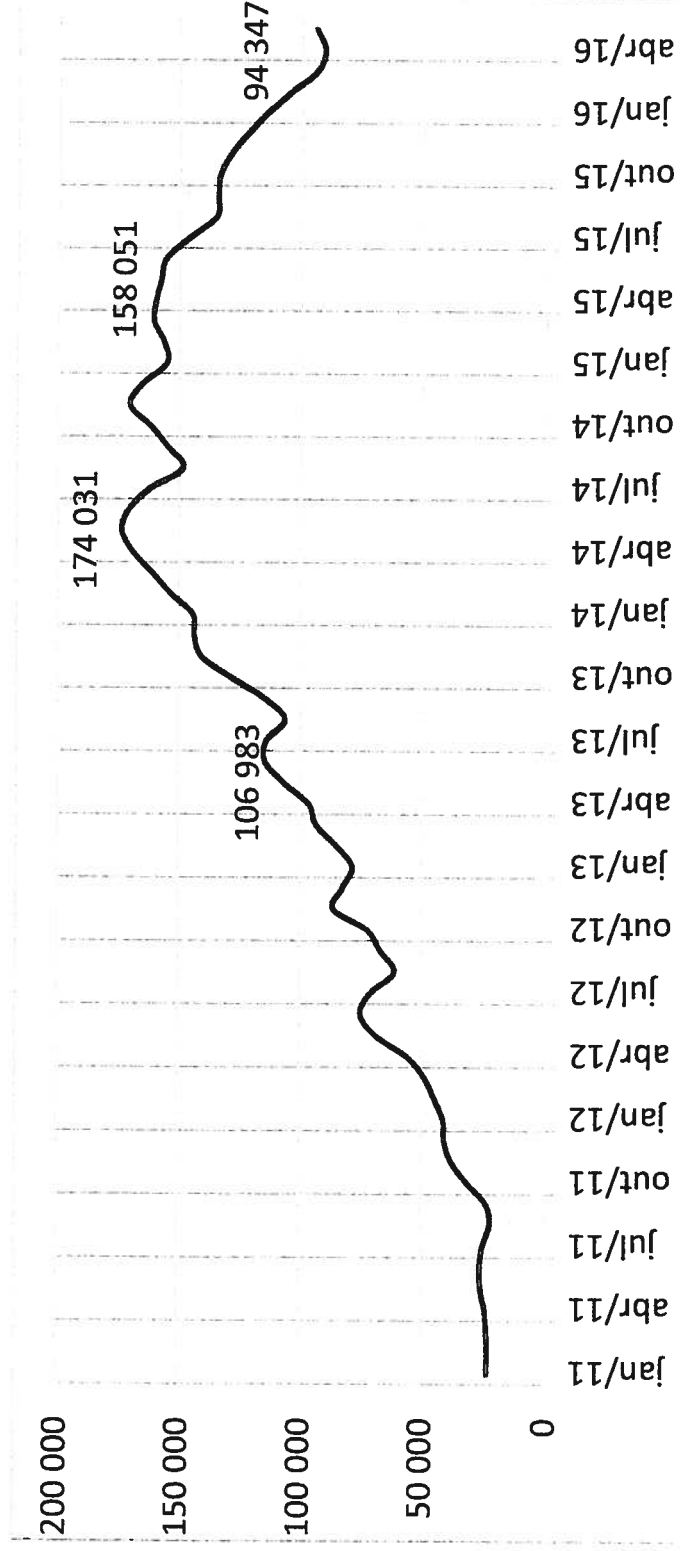
← **Entre fevereiro e abril:** taxa de desemprego (não ajustada de sazonalidade) diminuiu de 12,6% para 12% (0,9 p.p. abaixo da registada no período homólogo)

Evolução**Taxa de desemprego: evolução trimestral/mensal**

1ºT-2016 (12,4%)			abril
janeiro	fevereiro	março	
12,4%	12,6%	12,2%	12%
INE, Inquérito ao Emprego Valores não ajustados de sazonalidade			

Atividade operacional IEFP

Ocupados em programas de emprego e formação profissional



Maio 2016: recuperação do número de ocupados (94 347) face ao mês anterior (+3,8%, correspondendo a +3 434 pessoas) – aproximação aos valores registados em 2013

Participação na estratégia Startup Portugal

Empreendedorismo inclusivo e orientado para o emprego

Objetivos da participação MTSSS:

- Promover melhor alinhamento das políticas de promoção do empreendedorismo com políticas de criação de emprego
- Garantir envolvimento de segmentos com dificuldades acrescidas de integração no mercado de trabalho (e.g. DLD)

Estratégia:

- Estabelecer uma relação de proximidade entre IEFP e a Rede Nacional de Incubadoras
- Usar espaços do IEFP para divulgar e promover os apoios ao empreendedorismo
- Facilitar atribuição de incentivos a startups para a criação de emprego e apoio à contração (e.g. redução dos encargos sociais para empresas incubadas na Rede Nacional de Incubadoras e para empresas de base tecnológica e científica com menos de 5 anos)

Ponto de situação

Agenda de temas estratégicos acordada com parceiros: ponto de situação

Últimas reuniões:

- Questões de igualdade de género, em particular quotas de género nas empresas
- 1ª discussão aberta sobre questões laborais, combate à precariedade e negociação coletiva

Próxima reunião:

- 1ª discussão aberta sobre políticas ativas de emprego + questões europeias (diretiva destacamento de trabalhadores)

Temas já abordados:

- Economia e competitividade – capitalização empresas, fiscalidade;
- Modernização administrativa
- Apresentação do 1º relatório de acompanhamento trimestral RMMG (cumprimento acordo dezembro 2015)

Capacidade inspetiva

Necessidade de reforço:

- Concurso de 42 inspetores em curso, largamente insuficiente
- Concurso para 80 inspetores anunciado e em condições de ser lançado

(foi possível incluir no Decreto de Execução Orçamental a integração de saldos para aplicação em despesa (um pouco menos de 2,1 milhões de euros) para assegurar viabilidade do concurso)

Objetivo associado:

- Aproximação aos rácios recomendados internacionalmente

Situação:

- Redução do n.º de inspetores: 384 em 2010 para 307 em 2015
- Com reflexo na atividade inspetiva: entre 2010 e a atualidade. Quebra significativa no número de visitas inspetivas e de no número de trabalhadores abrangidos – dados do Relatório 2015 em linha com esta tendência

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE

Nova Prestação Social

Situação atual

- Quadro complexo de acumulação de prestações do ponto de vista legal

Sistema de proteção social de cidadania					Subsistema de solidariedade	
Subsistema de Proteção Familiar			Subsistema de solidariedade			
Enc. Familiar	Deficiência	Dependência	Falta ou insuficiência de recursos económicos			
Perfil 1	AFCJ BDP					
Perfil 2	AFCJ BDP SFEEE					
Perfil 3	AFCJ BDP	SATP				
Perfil 4	BDP					
Perfil 5	BDP SFEEE					
Perfil 6	BDP	SATP				
Perfil 7	SMV		CES			
Perfil 8	SMV	SATP	CES		PSI	
Perfil 9			CES	PSI		
Perfil 10		CPD			RSI	
Perfil 11	AFCJ BDP				RSI	
Perfil 12	AFCJ BDP SFEEE				RSI	
Perfil 13	AFCJ BDP	SATP			RSI	
Perfil 14	SMV		CES		PSI	
Perfil 15	SMV	SATP	CES		PSI	
Perfil 16			CES	PSI	CS	
Perfil 17		CPD	CES	PSI	CS	
Perfil 18		CPD			CS	
Perfil 19		CPD	CES		CS	
Perfil 20	SMV		CES		CS	
Perfil 21	SMV	SATP	CES		CS	
Perfil 22	SMV	SATP	CES	RSI	CS	
Perfil 23			CES		CS	
Perfil 24*						

Notas: * o perfil 24 corresponde às pessoas com deficiência, com mais de 18 ou 24 anos e menos de 65 anos, cuja situação familiar (estado civil) conjugada com o nível de rendimentos não cumpre as condições de acesso ao SMV ou PSI e que, ainda assim, estão numa situação de pobreza;

Notas: * o perfil 24 corresponde às pessoas com deficiência, com mais de 18 ou 24 anos e menos de 65 anos, cuja situação familiar (estado civil) conjugada com o nível de rendimentos não cumpre as condições de acesso ao SMV ou PSI e que, ainda assim, estão numa situação de pobreza;

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE

Nova Prestação Social

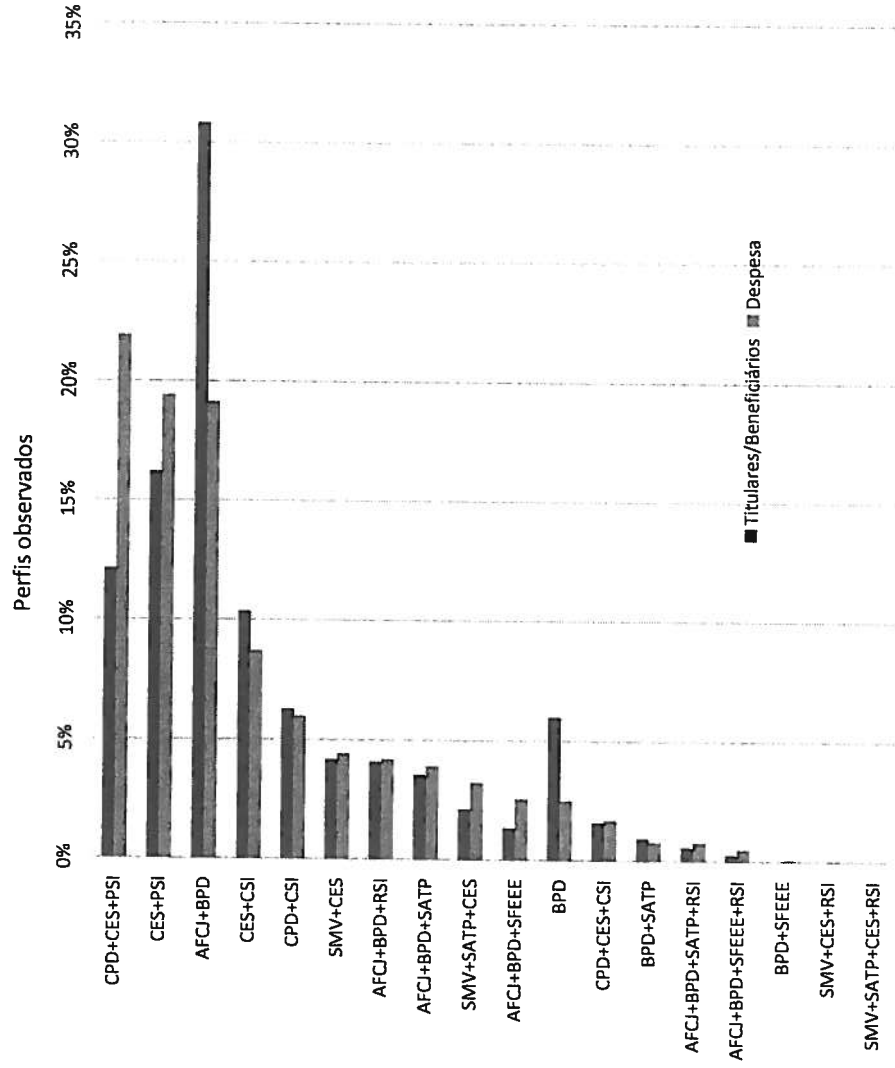
Situação atual

Há registo de:

18 perfis

172.912 titulares / beneficiários

378,1 milhões de despesa anual



PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE

Nova Prestação Social

Simplificação

Atualização

Eficácia

Nova Prestação Social

Nova prestação para as pessoas com deficiência

OBJECTIVO | Por quê ?

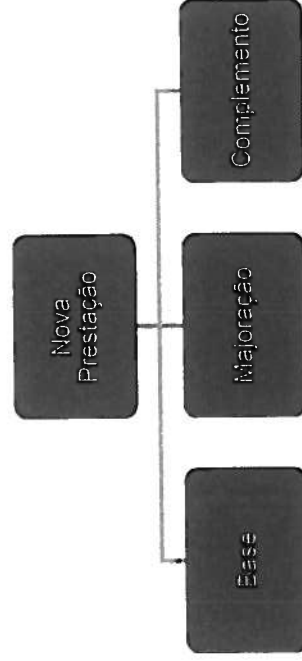
Estabelecer uma nova prestação inspirada num princípio de cidadania para as pessoas com deficiência, no domínio das prestações sociais pecuniárias, que se traduza...

1. ... *na melhoria da proteção social, ...*
2. ... *no combate à pobreza e...*
3. ... *no incentivo à participação laboral/autonomização*

Nova Prestação Social

Como ?

- Base - componente inspirada num princípio de cidadania, associada a encargos não específicos, que se enquadra na proteção da eventualidade de encargos no domínio da deficiência
- Majoração – componente de compensação por encargos específicos (educação, saúde, etc.), que se enquadra na proteção da eventualidade de encargos no domínio da deficiência e/ou dependência
- Complemento – componente de reforço da solidariedade, que se enquadra na eventualidade de falta ou insuficiência de recursos económicos



Nova Prestação Social

Para quem?

A prestação terá uma **perspetiva de ciclo de vida**, adaptando-se às diferentes necessidades que possam ocorrer em diferentes fases do percurso biográfico.

Irá abranger as pessoas com deficiência dos 0 à idade de acesso às prestações sociais de proteção na velhice, com diferenciação de acordo com a idade, dando especial enfoque à **proteção da pessoa com deficiência em idade ativa**.

Pretende-se alterar o paradigma de proteção social de cidadania, dentro das fronteiras estabelecidas pelos recursos públicos, **promovendo a autonomia e a participação laboral**.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE

Nova Prestação Social

Quando?

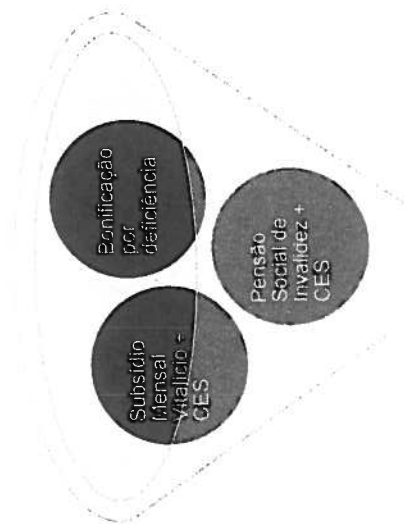
O próximo exercício orçamental será a base para uma implementação faseada que se inicia com a melhoria e reformulação da proteção social atualmente concedida às pessoas com deficiência e que, gradualmente, alarga a sua eficácia social nomeadamente através da diferenciação positiva das situações de carência de recursos e da ampliação do nível de rendimentos de trabalho acumuláveis com a prestação.



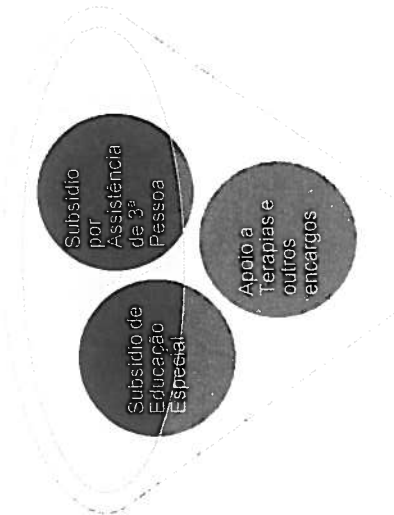
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE

Nova Prestação Social

Reconversão parcial/total das prestações atuais



Base da Prestação



Majoração da Prestação

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE

Nova Prestação Social

Situação futura

Simplificação do quadro de
acumulação de prestações
relevantes

Sistema de proteção social de cidadania			
Subsistema de Proteção Familiar		Subsistema de solidariedade	
Enc. Familiar	Deficiência	Dependência	Falta ou insuficiência de recursos económicos
Perfil 1	AFCJ	BDP	
Perfil 2	AFCJ	BDP	SFEEE
Perfil 3	AFCJ	BDP	SATP
Perfil 4		BDP	
Perfil 5		BDP	SFEEE
Perfil 6		BDP	
Perfil 7		SMV	CES
Perfil 8		SMV	SATP
Perfil 9			CES
Perfil 10		CPD	CES
Perfil 11	AFCJ	BDP	RSI
Perfil 12	AFCJ	BDP	SFEEE
Perfil 13	AFCJ	BDP	SATP
Perfil 14		SMV	CES
Perfil 15		SMV	SATP
Perfil 16			CES
Perfil 17			CPD
Perfil 18			CPD
Perfil 19			CPD
Perfil 20		SMV	CES
Perfil 21		SMV	SATP
Perfil 22		SMV	SATP
Perfil 23			CES



Sistema de proteção social de cidadania			
Subsistema de Proteção Familiar		Subsistema de solidariedade	
Enc. Familiar	Deficiência	Dependência	Faltou insuficiência de recursos económicos
Perfil 1	AFCJ	NPD	
Perfil 2		NPD	
Perfil 3	AFCJ	NPD	RSI
Perfil 4		NPD	RSI
Perfil 5			CES
Perfil 6		CPD	CES
Perfil 7		CPD	CES
Perfil 8		CPD	CES
Perfil 9			CES

maiores de 18 ou 21 anos e menos
nível de rendimentos não cunha
em uma situação de pobreza

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE

Nova Prestação Social

Base da Prestação

- Dos 0 aos 18 anos a componente Base segue a modulação geral da Bonificação por Deficiência
- Dos 18 anos até à idade de acesso às prestações de velhice acumula com:
 - ✓ Rendimentos de trabalho – só uma percentagem é considerada como rendimento relevante na modulação do montante
 - ✓ Rendimentos de outras fontes – até um dado limiar, a partir do qual o montante da componente de Base é zero.
- O montante da componente Base da prestação, o limiar máximo de rendimento relevante e a percentagem de rendimentos de trabalho considerados para o rendimento relevante podem ser ajustados anualmente

Nova Prestação Social

Complemento

- Inspirado no Complemento Solidário para Idosos

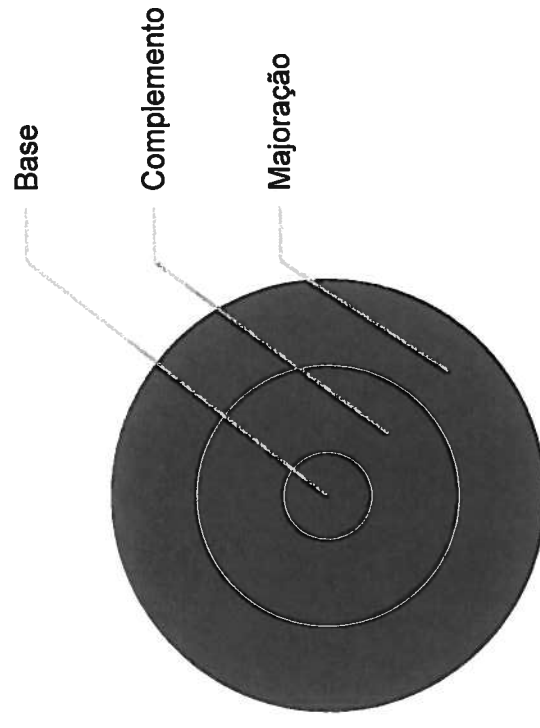
Majoração

- Integração das despesas específicas com saúde, dependência, educação, etc.

Articulação

- As três componentes podem ser articuladas em diferentes etapas da vida da pessoa com deficiência ou incapacidade

Articulação das componentes



PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE

Nova Prestação Social

Elementos inovadores

- 1) **Apoiar de um modo integrado a pessoa com deficiência ou incapacidade ao longo da sua vida** nas suas diferentes necessidades/eventualidades, mas internalizando no sistema a articulação de componentes, para que a **pessoa faça um requerimento único** e tenha uma prestação única que integre todas as componentes a que tem direito, assegurando continuidade na proteção social –

A complexidade é internalizada no sistema, de modo a simplificar a vida das pessoas.

- 2) **Romper com o paradigma da proteção da inatividade**, sem deixar de proteger as situações de deficiência ou incapacidade mais profunda, mas **promovendo a participação plena** na medida das capacidades das pessoas e da sociedade

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE

Balcões da Inclusão

Rede de integrada de atendimento especializado, com prioridade.

Informação especializada a pessoas com deficiência ou incapacidade, às suas famílias e a outras pessoas ou entidades interessadas, com cariz integrado, territorial, de proximidade e acessível

Projeto do INR, IP, em articulação com o ISS, IP e com as autarquias interessadas

Disponibiliza informação nos vários domínios de interesse das pessoas com deficiência apresentada de forma integrada, acessível e num só local

Encontram-se em funcionamento o serviço de atendimento do INR, IP e 6 balcões no ISS, IP - Lisboa, Porto; Vila Real; Faro; Setúbal; Viseu

Prevê-se a transferência para BI de cerca de 40 serviços de atendimento em Municípios (atualmente SIM-PD), tendo já sido pedidos ao INR, IP a transferência de serviços de três municípios, e a abertura no Funchal.

Prevê-se o alargamento em todos os 18 CDSS até ao primeiro trimestre de 2017

Prevê-se a existência de um balcão virtual no novo portal do INR, IP

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE

Balcões da Inclusão

Rede de integrada de atendimento especializado, com prioridade, às pessoas com deficiência ou incapacidade.

Disponibilização de informação especializada a pessoas com deficiência ou incapacidade, às suas famílias e a outras pessoas ou entidades interessadas, com cariz integrado, territorial, de proximidade e acessível

Projeto do INR, IP, em articulação com o ISS, IP e com as autarquias interessadas

Prevê-se a existência de um balcão virtual no novo portal do INR, IP

Será disponibilizada, na oportunidade, informação em Língua Gestual Portuguesa em todos os Balcões da Inclusão

Entre 21 de abril e 31 de maio de 2016 foram realizados 562 atendimentos nos BI do ISS, IP

Encontram-se já em funcionamento o Balcão da Inclusão do INR, IP e 6 balcões no ISS, IP, prevendo-se o alargamento a todos os 18 CDSS até ao primeiro trimestre de 2017

Prevê-se a transferência para Balcão da Inclusão de cerca de 40 serviços de atendimento em Municípios (atualmente SIM-PD) bem como o alargamento a todos os municípios interessados, de modo a possibilitar a maior cobertura nacional possível.

É uma medida *Simplex* + 2016

OBRIGADO



REPÚBLICA
PORTUGUESA

TRABALHO, SOLIDARIEDADE
E SEGURANÇA SOCIAL

100
ANOS
DE MINISTÉRIO
1916 - 2016